

BEVILACQUA, Clóvis

*magistrado, jurista, jornalista, historiador.

Clóvis Bevilacqua nasceu em Viçosa (CE) no dia 4 de outubro de 1859, filho de José Bevilacqua e de Martiniana Aires Bevilacqua. O sobrenome Bevilacqua, de origem italiana, significa aquele que "bebe água". Seu pai era padre da paróquia de Viçosa.

Iniciou seus estudos em sua cidade natal, ingressando em 1872 no Ateneu Cearense. Em 1875 transferiu-se para o Colégio Oficial de Fortaleza e iniciou-se no jornalismo com José Izidoro de Martins Júnior, com quem publicaria os folhetos *Vigília Literária* e o jornal *A Ideia Nova*. Ambos trabalhariam também no jornal *República*, e nos folhetos *Escalpelo*, *Estenógrafo* e *O Crime*, de Vitória. Em 1876, com 17 anos, embarcou para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e prosseguiu os estudos frequentando o Externato Gaspar e o antigo Mosteiro de São Bento, onde concluiu os preparatórios juntamente com o poeta Paula Ney e o abolicionista Silva Jardim. Em 1878 foi para Recife e iniciou os estudos jurídicos na Faculdade de Direito, na qual foi aluno de Tobias Barreto. Voltou-se, então, para o estudo do direito, fortemente influenciado por seu mestre e pelo empirismo evolucionista alemão, publicando, nessa época, seus primeiros ensaios sobre filosofia e direito comparado. Concluiu o curso de direito em 1882 e foi escolhido orador da turma.

Em 1883 ingressou na magistratura ao ser nomeado promotor público de Alcântara (MA). Em 1884, já casado com Amélia de Freitas, trabalhou como bibliotecário e prestou concurso para professor catedrático de filosofia da Faculdade de Direito do Recife. No jornalismo, fez campanha pela República, instalada em 15 de novembro de 1889. Em 1891 tornou-se professor de legislação comparada na Faculdade de Direito do Recife e iniciou a série de obras jurídicas que o credenciariam perante o país para desincumbir-se da missão que lhe seria atribuída anos mais tarde: elaborar o anteprojeto do Código Civil Brasileiro. Também em 1891 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte do Ceará, colaborando ativamente na elaboração da Constituição estadual. Foi a única vez que ocupou um cargo político.

Em 1897 teve seu nome incluído entre os 40 fundadores da Academia Brasileira de Letras

(ABL), criada no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, cabendo-lhe a cadeira nº 14.

Em 1899, na gestão do presidente Campos Sales (1898-1902), foi incumbido pelo então ministro da Justiça Epiácio Pessoa de preparar o anteprojeto do Código Civil. Em março de 1900 viajou para o Rio de Janeiro e em outubro concluiu o anteprojeto, em que renovou o direito brasileiro dentro de uma filosofia liberal com preocupações sociais. O documento foi encaminhado ao Congresso Nacional e, no Senado, teve como relator Rui Barbosa. A demora por parte deste em dar seu parecer começou a impacientar os senadores, curiosos em saber sua opinião. Quando, afinal, o parecer foi apresentado, era um trabalho que deixava de lado tudo o que dizia respeito à matéria jurídica para tecer comentários sobre questões gramaticais de toda ordem. É que, para Rui Barbosa, a firmeza e propriedade das expressões eram de capital importância. A esse propósito foi travada uma longa polêmica entre Rui Barbosa e o filólogo Ernesto Carneiro Ribeiro. Em sessões públicas que mereceram destaque, Clóvis Bevilacqua defendeu seu trabalho. Somente depois de 16 anos de discussões, em 1º de janeiro de 1916, seu anteprojeto seria transformado no Código Civil Brasileiro. Permaneceria em vigor até o advento da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Em 1906, já no final do governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), Clóvis Bevilacqua foi nomeado pelo barão do Rio Branco consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, função em que se manteria até 1934.

Na ABL, de que nunca foi frequentador assíduo, sua participação mais importante foi o discurso de recepção a Pedro Lessa em 1910. Quando a ABL elegeu Osório Duque Estrada para suceder a Sílvio Romero em 1915, designou-o para saudar o novo acadêmico, ignorando que pouco antes, na sua seção o "Registro Literário", do *Jornal do Brasil*, Osório havia publicado uma nota diminuindo os méritos literários de Amélia de Freitas Bevilacqua, também escritora. Clóvis Bevilacqua afastou-se então da Academia. Continuou publicando livros de literatura e direito, destacando-se o *Código Civil Comentado*, cuja edição completa, em seis volumes, saiu em 1916. Em 1920 foi convidado e aceitou fazer parte do Comitê dos Juristas no Conselho da Sociedade das Nações.

Há uma versão de que Clóvis Bevilacqua teria deixado de frequentar a ABL em 1930. Em maio desse ano, a instituição teria recusado o pedido de inscrição de Amélia de Freitas Bevilacqua para concorrer à vaga de Alfredo Pujol, sob a alegação de que as mulheres não poderiam ser acadêmicas. Bevilacqua defendeu a pretensão de sua esposa em parecer de poucas linhas, argumentando que aquilo que o regulamento não proibia, permitia. Esta não deve ser a versão mais correta de sua saída, já consumada desde 1915. Prova disso é que a *Gazeta de Notícias* de 20 de agosto de 1926 já informava que eram três os acadêmicos que se haviam afastado definitivamente da Academia: Oliveira Lima, Graça Aranha e Clóvis Bevilacqua.

Em 1942, seu nome foi incluído no "Livro do Mérito" e, no ano seguinte, seu busto foi inaugurado em praça pública na capital cearense.

Seu primo José Bevilacqua, homônimo do seu pai, foi militar, constituinte em 1891 e deputado federal pelo Ceará de 1891 a 1896.

Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de julho de 1944.

Além dos trabalhos citados, escreveu *A filosofia positiva no Brasil* (1884); *Estudos de direito e economia política* (1886); *Épocas e individualidades* (1889); *Teoria geral do direito civil* (1890); *Lições de legislação comparada sobre o direito privado* (1893); *Frases e fantasias* (1894); *Direito das obrigações* (1896); *Direito de família* (1896); *Criminologia e direito* (1896); *Juristas filósofos* (1897); *Direito das sucessões* (1899); *Em defesa do projeto de Código Civil Brasileiro* (1906); *Princípios elementares de direito internacional privado* (1944). Em homenagem aos 150 anos de seu nascimento foi lançado em 2010 o livro *Clóvis Bevilacqua – Um senhor brasileiro*, de Cássio Schubsky. Nele o autor defende a condição de “democrata e defensor da liberdade” de Bevilacqua e contesta a versão de Fernando Moraes, no livro *Olga*, procurando provar, através de pesquisa histórica, que o jurista não emitiu parecer favorável à extradição da judia comunista Olga Benário Prestes em 1936.

Alan Carneiro

FONTES: ACAD. BRAS. LETRAS. Disponível em:
<<http://www.academia.org.br/>>; Biblioteca Virtual de Literatura. Disponível em:
<<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/clovisbevilaqua.htm>>. Acesso em: 22/3/2010; E- biografia. Disponível em:
<http://www.e-biografias.net/biografias/clovis_bevilaqua.php>; *Época* (8/3/2010, p. 124);
UNIV. FORTALEZA. Disponível em:
<http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=867:lançamento-de-livro-em-homenagem-a-clovis-bevilaqua&catid=3:eventos>. Acesso em: 8/4/2010.